

AIDS E DIREITOS SOCIAIS: A LUTA E A CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE PELOS PORTADORES DE HIV/AIDS

Débora Suelle Marcelino de Miranda¹, Dalliana Ferreira Brito², Severina Irene Tomaz Ferreira³, Gerilany Bandeira da Costa⁴, Romênia Moura Sousa⁵, Maria Bandeira de Lucena⁶, Jussara Milena de França Euzébio⁷

¹Universidade Federal da Paraíba/Programa de pós-graduação em Serviço Social, Sebastião Lucena de Castro nº 19 Jardim Paulistano Campina Grande PB, e-mail: deborasuelle@yahoo.com.br.

²Universidade Federal da Paraíba/Programa de pós-graduação em Serviço Social, Rua Antônio Miguel Duarte, nº 80, Bairro: Bancários, João Pessoa – PB e-mail dallianagrisi@hotmail.com.

³Universidade Federal da Paraíba/Programa de pós-graduação em Serviço Social, Sebastião Lucena de Castro nº 19 Jardim Paulistano Campina Grande PB, e-mail: irenecg03@hotmail.com.

⁴IFPB-Campus Picuí-PB/ Serviço Social, Endereço: Professor Antônio Carlos Maranhão, 339 Bairro: Santa Cruz, Cep: 58417-130 Campina Grande e-mail: gery.cg@hotmail.com

⁵Assistente Social /Centro de Referência da Assistência Social, Sebastião Lucena de Castro nº 19 Jardim Paulistano Campina Grande PB, e-mail: romeniamoura@hotmail.com

⁶Professora de História - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Antônio Oliveira Endereço: Rua Maria do Socorro Targino Araújo, 172 Bairro: Dinamérica Cep: 58432-450 Campina Grande e-mail: mariabandeiralucena@gmail.com

⁷Assistente Social/Secretaria Municipal de Planejamento de Campina Grande, Sebastião Lucena de Castro nº 19 Jardim Paulistano Campina Grande PB, e-mail: mirandacgforever@yahoo.com.br

Resumo- A Aids surge no Brasil em 1980, além dos danos físicos causados pela doença, os portadores foram vítimas do fenômeno conhecido como “morte civil”, sendo dispensados de empregos e sofrendo estigmatização e desrespeito a seus direitos fundamentais. Este artigo objetiva traçar o percurso da luta dos portadores de HIV/Aids pelo direito a saúde e suas principais conquistas, a metodologia envolve análise bibliográfica e documental. O que parecia ser uma caminhada ao conservadorismo transformou-se em luta contra o preconceito, pela mobilização da sociedade civil e o surgimento das ONGs/Aids. Como avanços temos: A criação no ano de 1986, do Programa Nacional de DST/AIDS (PN-DST/AIDS), a distribuição de forma gratuita do coquetel anti-Aids com base na lei 9.313, do deputado José Sarney, as discussões acerca da produção de medicamentos anti-Aids em âmbito nacional, e a criação de serviços específicos como Hospitais-dias (HD) e Serviços de Assistência Especializada -SAES, entre outros. Assim, cabe aos portadores da Aids, profissionais comprometidos com a causa e sociedade civil organizar-se no sentido efetivar os direitos já estabelecidos em lei, bem como, conquistar novos direitos.

Palavras-chave: Aids, saúde, direitos sociais.

Área do Conhecimento: Ciências da Saúde/ Saúde Coletiva.

Introdução

A Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), considerada um dos maiores problemas de saúde pública dos últimos 30 anos, caracteriza-se pela progressiva destruição do sistema imunológico humano (PINEL; INGLES, 1996; MARINS, 2000). A disseminação desta infecção pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), seja pela via sanguínea, sexual ou vertical, tem atingido, indiscriminadamente, homens, mulheres e crianças, em todo o mundo, como também, tem sido objeto de estudo de pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

No Brasil, o primeiro caso de Aids foi identificado em 1980, sendo notificado apenas no ano de 1982. A doença surgiu em meio a uma onda de preconceitos que se espalhou pelo mundo em decorrência do desconhecimento da mesma, sendo constante o uso, pela imprensa, de termos como “câncer gay” ou “síndrome da ira de Deus”. A doença é inicialmente vista como um castigo divino sobre as pessoas que possuíam comportamento sexual considerado “desviante”.

As reações imediatas da sociedade e do governo brasileiro, com relação ao HIV/Aids, foram condicionadas por circunstâncias culturais, socioeconômicas e políticas da época. A primeira reação frente à nova doença foi de descaso e

preconceito em relação aos acometidos pela mesma (Bastos 2006).

Além dos danos físicos causados pela doença, os portadores do HIV/Aids foram vítimas do fenômeno que ficou conhecido como “morte civil”. Muitas pessoas, no início da epidemia, foram dispensadas de seus empregos e sofreram com a estigmatização, o desrespeito a seus direitos fundamentais, além de constrangimentos diversos.

Tal fato, nos faz encherger uma realção evidente: direitos humanos e Aids, relação esta, intensificada pelo impacto do preconceito relacionado a disseminação do vírus mundialmente, o que trouxe para o discussso das autoridades locais a necessidade de respeitar o direito das pessoas, para combater a epidemia.

Ao longo desses 30 anos, inúmeras conquistas ocorreram por parte dos acometidos pela doença, em virtude da luta histórica em torno das questão que envolvem a contaminação pelo HIV/Aids. Tais conquistas, possibilitaram a efetivação do direito a saúde e a própria vida, já que sem direito ao tratamento muitos, ao saberem estar contaminados pelo HIV, recebiam também sua sentença de morte.

Deste modo, ao elaborarmos esse artigo temos como principal objetivo traçar o percurso da luta dos portadores de HIV/Aids pelo direito a saúde no Brasil, destacando suas principais conquistas, especificamente nas décadas de 1980 e 1990 e assim compreender a importância da organização da sociedade civil na luta por direitos sociais.

Esperamos com esse estudo, não esgotar o tema e sim, proporcionar aos estudiosos da área pontos para reflexão sobre a questão da Aids, possibilitando avanços em direção a construção do conhecimento.

Metodologia

O presente artigo configura-se em um estudo descritivo analítico de cunho crítico. A metodologia empregada para a sua realização envolveu uma análise bibliográfica e documental, com base em livros de renomados autores, artigos científicos que discutem a referida temática, bem como documentos oficiais do Ministério da Saúde, a exemplo dos Boletins Epidemiológicos da Aids e dos Manuais para tratamento da epidemia no Brasil, os quais foram confrontados criticamente a fim de traçar a trajetória de luta das pessoas vivendo com Aids por melhores e vida e pelo direito a saúde.

Resultados

Mediante o estudo realizado verificou-se que para que modificações ocorressem no

tratamento das pessoas vivendo com Aids, foi de extrema importância a mobilização da sociedade civil e o surgimento, na década de 1980, das ONGs/Aids, que exigiam do governo, através de inúmeras mobilizações, tratamento digno, respeito aos direitos dos portadores do HIV e o combate à epidemia da Aids. (LOPES, 2005), sendo a atuação da sociedade civil na luta contra a Aids propositiva e reivindicativa (BRASIL, 2008).

Das principais conquistas podemos destacar o surgimento no ano de 1983, do Programa de Aids do estado de São Paulo, o primeiro do país, que impulsionou a criação, já no ano de 1985, do Programa Nacional da Síndrome da Imunodeficiência adquirida, estratégia-ponte para a criação, em 1986 do Programa Nacional de DST/AIDS (PN-DST/AIDS), hoje referência internacional, sendo também neste ano a conquista da distribuição de forma gratuita do coquetel anti-Aids com base na lei 9.313, do deputado José Sarney.

Ainda no ano de 1986 um importante passo foi dado no âmbito da prevenção do HIV/Aids, instaurando-se a obrigatoriedade de testagem em sangue e seus derivados, pela altíssima contaminação em hemofílicos, sobre pena de fechamento da instituição que não cumprisse tal exigência.

Uma das grandes evoluções científicas relacionada à Aids, refere-se ao surgimento do teste ELISA, que foi celebrado em todo mundo pela possibilidade de reconhecer a presença do HIV no organismo humano, mesmo sem a aparição de sintomas e que chega ao Brasil em 1987

Posteriormente, no ano de 1988, foi reinstalado e ampliado o Disque Aids, um serviço de telefonia gratuito que esclarecia dúvidas da população em relação à doença. Neste ano, também foi realizada a primeira campanha educativa, que tinha como tema: “Aids transmite essa informação”. Também, os Ministérios de Saúde e do Trabalho decretam a obrigatoriedade da divulgação no local de trabalho de ações preventivas contra a Aids e a concessão de benefícios trabalhistas e sociais como: pensão especial, auxílio doença, aposentadoria, retirada integral do FGTS mesmo sem rescisão do contrato de trabalho.

Como avanço significativo deste período apontamos ainda a criação em 1989 da “Declaração dos direitos fundamentais das pessoas portadoras do vírus da Aids”, na qual são elencados dez pontos violados constitucionalmente em relação aos portadores do HIV como: sigilo, privacidade e intimidade, liberdade informação, assistência e tratamento, participação social (educação, trabalho, lazer), controle do sangue hemoderivados e tecidos

proibição de testagem compulsória, direitos reprodutivos e direito a família (BRASIL, 2008).

Posteriormente três importantes estratégias foram traçadas para que a cidadania negada aos portadores de HIV, fosse reestabelecida: a judicialização das demandas, lobby legislativo e ações educativas de conscientização de direitos (BRASIL, 2008).

Por fim, no ano de 1993 um convênio do governo federal com o Banco Mundial para fortalecer ações de vigilância, pesquisa, assistência e prevenção de DST/Aids, de cerca de 140 milhões de dólares foi firmado, consolidando uma política nacional de prevenção e assistência aos acometidos pela Aids.

Discussão

Essas conquistas só foram possíveis por este movimento ter se originado no bojo da Nova República e da Reforma Sanitária, em consonância com a formação do SUS, tendo à frente do PN-DST/AIDS, a microbiologista Lair Guerra, além da contribuição de intelectuais, que adquiriram o vírus da Aids, como o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que buscaram colocar a prevenção e a assistência aos doentes numa visão democrática em um período que compreendia o fim da ditadura política e a luta pela democracia ampliada (LOPES, 2005).

Cabe destacar que o Brasil adotou iniciativas relevantes em relação a países em desenvolvimento no que se refere à construção de uma política nacional de prevenção e assistência aos acometidos pela Aids, promovendo discussões acerca da produção de medicamentos anti-Aids em âmbito nacional, criando serviços específicos como: Hospitais-dias (HD), Serviços de Assistência Especializada (SAES), Centros de Testagem e Aconselhamento (CTAS), Atendimento Domiciliar Terapêutico (ADTs) e atendimentos alternativos em nível ambulatorial e hospitalar.

Deste compreende-se que apesar da fragilidade existente no sistema de saúde local o Brasil será por muito tempo modelo no que concerne ao tratamento da Aids para o mundo.

Conclusão

Através do exposto concluímos que a epidemia da Aids de início simbolizou uma sentença de morte para os que se contrapunha ao modelo de sexualidade socialmente estabelecido, sendo o acesso à saúde por muito tempo negado, pela onda de preconceito e discriminação que ocorria, sobretudo, pelo desconhecimento da doença.

A disseminação da Aids para outros segmentos, demonstrou que essa epidemia não considera cor, idade, comportamento sexual ou qualquer outro tipo de critério social ou econômico, necessitando ser combatida com base no respeito ao direito e a dignidade da pessoa humana.

E foi com esse objetivo que lutas foram organizadas em torno da questão da Aids, e puderam proporcionar as pessoas que vivem com doença o direito a um tratamento digno e gratuito, permitindo que a sentença de morte se transformasse na certeza de uma vida com qualidade. Sendo os direitos supracitados, fruto da organização e mobilização da sociedade civil.

Percebemos, também, que todas essas conquistas, foram facilitadas pelo próprio clima reivindicatório que permeou a década de 1980, sobretudo, pelo Movimento de Reforma Sanitária e o processo de promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como, o da efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), que firmava a saúde como um direito de todos e um dever do Estado.

Contudo, assistimos na década 1990 a um processo de enxugamento dos gastos com as políticas públicas, sendo a saúde um dos setores mais afetados, pelo fato de no Brasil a questão social se expressar fortemente neste âmbito, assim vários direitos conquistados acabam sendo violados. O contexto de crise enfrentado pelo setor saúde me todo o país, caracteriza-se, sobretudo, pela degradação do espaço físico, falta de leitos, negligência no atendimento, falta de recursos materiais e humanos, desvio de verbas públicas deste setor, etc.

Deste modo, cabe as pessoas que vivem com HIV/Aids, profissionais comprometidos com a causa e a sociedade civil, organizar-se no sentido efetivar os direitos já estabelecidos em lei, bem como, conquistar novos direitos, pois a epidemia da Aids além de romper com o conservadorismo e preconceito, foi também emblemática no sentido de provar que a união e reivindicação da sociedade constitui-se em uma importante arma na conquista e na consolidação dos direitos sociais.

Referências

-BASTOS, I. F. **Aids na Terceira Década**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. **Direitos Humanos e HIV/Aids: Avanço e perspectivas para o enfrentamento da epidemia no Brasil**. Brasília, 2008.

XVINIC

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica

XI EPG

Encontro Latino Americano
de Pós Graduação

VINIC Jr

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica Júnior

- _____. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico da Aids**. Ano IV nº. 1 Brasília, 2007a.

-LOPES, C. R. 25 anos de Aids. A epidemia mudou e o mundo também. In: **Radis. Comunicação em Saúde**. Rio de Janeiro, 2005.

-MARINS, J. R. P. Conhecendo a Aids. In: **Manual de Assistência Psiquiátrica em HIV/Aids**. CN-DST/Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

-PINEL, A. C.; INGLES, E. **O que é Aids?** São Paulo: Brasiliense, 1996.